

CÂMARA E PREFEITURA

Transparência pública abaixo dos 50%

Executivo e Legislativo precisam promover avanços nas informações públicas para atender a lei, ressalta Observatório Cidadão

Boletim com a análise dos indicadores sobre os portais de transparência no ano de 2014 divulgado ontem pelo Observatório Cidadão de Piracicaba aponta que o Executivo e Legislativo local precisam avançar no que diz respeito à informação ao cidadão. "A transparência pública é fundamental para que a população possa exercer o acompanhamento de seus representantes e do uso dos recursos públicos. A análise e divulgação do boletim dos portais de transparência pelo Observatório é um subsídio para que a Prefeitura e a Câ-

mara aprimorem esse importante instrumento de transparência", diz Fábio Moura, presidente da OAB 8ª Subseção de Piracicaba.

De acordo com o documento, o Portal da Prefeitura foi analisado sob 16 critérios, que incluíam informações sobre receitas, obras e detalhamento de gastos em tempo real. Das informações disponíveis ao cidadão, 44% responderam integralmente aos quesitos propostos pela Legislação; 38% das informações foram consideradas parciais; e 19% não deram as informações necessárias.

No entanto, o Observatório aponta avanço no quesito "Licitações – documento na íntegra", que este ano é atendido, mesmo que parcialmente, já que não existia na avaliação passada. Já os indicadores 'despesas detalhadas', 'despesas em tempo real' e 'imóveis alugados' pioraram na avaliação do boletim.

No Portal da Câmara de Vereadores, foram avaliados 20 indicadores sobre despesas, tramitação de propostas, salários, licitações, entre outras. Destes, 40% atendiam plenamente as in-

formações necessárias, 35% parcialmente e 25% não atendiam. Mas, de maio a novembro desse ano, o Portal acrescentou um manual de uso para o cidadão, que não existia em 2013.

Em nota, o departamento de comunicação da Câmara informou que "o Legislativo não vai se manifestar sem antes analisar o boletim do Observatório". Já a prefeitura não respondeu a solicitação da reportagem até o fechamento desta edição.

LEGISLAÇÃO – O boletim destacou itens previstos na legislação que não fo-

ram completamente cumpridos. Os dois portais, por exemplo, apresentam problemas na disponibilização de informações sobre as despesas detalhadas e em tempo real, como exigido pela Lei Complementar Federal nº 131/2009 e pelo Decreto Federal nº 7185/2010. "Preocupamo-nos que informações, incluindo algumas exigidas por lei, ainda não sejam disponibilizadas integralmente para a população", lembrou Renato Morgado, coordenador de projetos do Imaflora e membro do Observatório Cidadão.

CIDADÃO – O Observatório Cidadão de Piracicaba não conseguiu as informações para analisar o Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara que, segundo a entidade, "não respondeu as solicitações enviadas". No que se refere ao Prefeitura, "o link para as informações não estava disponível", completou.

O documento reitera propostas para o aperfeiçoamento da transparência nos dois portais, enfatizando o cumprimento da legislação e a importância destes canais de comunicação com os cidadãos.